



XII CONAGES
XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

UMA ANÁLISE DO CUIDADO E NÃO-CUIDADO A PARTIR DAS RELAÇÕES E PAPÉIS DE GÊNERO SOCIALMENTE IMPOSTAS ÀS MULHERES

Éssica de Almeida Lima¹

Ana Daniele Linard do Vale²

Orientador: Roberto Efreml Filho³

¹Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba; essica123@gmail.com

²Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal da Paraíba; daniele.linard.vale@gmail.com

³Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (2009) e doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas – SP. É professor do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba. robertoefremfilho@gmail.com

RESUMO: O presente artigo traz reflexões acerca do cuidado desenvolvido pelas mulheres, especificamente enquanto uma característica feminina e analisada a partir da narrativa de vida de uma trabalhadora rural e de observações no campo da Terapia Ocupacional. Iniciando-se desta forma e, sobretudo, discussões ligadas ao gênero, classe e raça. De modo geral, busca-se a compreensão do cuidado e “não” cuidado exercidos pelas mulheres a partir dos dois locais de estudo, fazendo análises acerca da existência de reproduções de papéis de gênero de modo interrelacionado com o papel ocupacional desenvolvido por essas sujeitas. Tal abordagem procura estabelecer um diálogo no campo da sociologia, do direito e da terapia ocupacional, buscando entender como as opressões se engendram e são engendradas umas nas outras, havendo uma relação de congruência e complementariedade entre elas.

Palavras-chave: Cuidado. Mulheres. Feminina. Gênero. Classe.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da vivência proporcionada pela militância junto Núcleo de Extensão Popular (NEP) Flor de Mandacaru acerca das opressões produzidas e reproduzidas por uma sociedade capitalista e parte também das observações feitas acerca do papel ocupacional tido como femininos e desenvolvido pelas mulheres. A sociedade revela-se, portanto, machista, patriarcal, racista e LGBTfóbica, como meio de estruturação do capital e de efetivação das estruturas necessárias para seu fortalecimento e conseqüente perpetuação.

O NEP é um grupo de extensão que presta assessoria jurídica universitária popular (AJUP) vinculado aos cursos de direito da UFPB. O Núcleo atua através da perspectiva freiriana de Educação Popular, de modo à empoderar o sujeito oprimido e



emancipá-lo através da educação. Como ferramenta de mudança social, o NEP Flor de Mandacaru apresenta-se para se somar à luta por uma sociedade sem opressões. Isto é o que se pode observar, por exemplo, quando o Núcleo escolhe atuar em conjunto com movimentos sociais e sujeitos marginalizados pela sociedade.

Os momentos de trocas de saberes proporcionados pelo NEP junto do MST, e das contribuições dos estudos relacionados a gênero no campo da Terapia Ocupacional, foi possível fazer uma análise do modo como determinados papéis ocupacionais, como o cuidado, são desenvolvidos e tidos histórico-cultural e socialmente como atividades e características femininas.

O estudo objetiva, ademais, apresentar as relações de gênero como presentes no interior de um movimento social, de modo a analisar as faces e interfaces das reproduções dos papéis de gênero, a partir da narrativa de uma trabalhadora rural, militante e acampada do MST. Problematizando esse processo, também, a partir das contribuições trazidas acerca do debate dos papéis ocupacionais protagonizados e exercidos pelas mulheres historicamente.

METODOLOGIA

O presente estudo advém de revisão bibliográfica e, sobretudo, de pesquisa de campo realizada através de uma entrevista semiestruturada concedida por uma trabalhadora rural acampada e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da Paraíba.

De modo que buscou-se realizar uma análise crítica acerca dos papéis de gênero que se constroem em meio à sociedade capitalista, sobretudo relacionando-os ao papel ocupacional desenvolvido pela trabalhadora. Utilizando-se de referências pós-estruturalistas, marxistas e do campo da Terapia Ocupacional que se preocupam em tratar as questões do gênero, classe e raça, enquanto opressões que se interrelacionam.

Os nomes das/os trabalhadoras/es, e todos os outros ligados ao Movimento, são fictícios de modo a preservar a identidade das/os sujeitas/os que participaram do trabalho de campo, bem como em razão das normas de segurança acordadas previamente à entrevista.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) é um grupo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) criado e protagonizado por estudantes dos cursos de Direito da UFPB. O Núcleo atua junto a alguns movimentos populares e sociais da cidade de João Pessoa, de modo a construir coletivamente as ações a serem desenvolvidas com essas/es sujeitas/os, dessa forma, as/os integrantes escolheram trabalhar unidas/os a classe trabalhadora.

Criado em 2007, pelas/os próprias/os estudantes dos cursos de direito da UFPB, o grupo já trabalhou juntamente com vários movimentos sociais e comunidades, que vão desde a questão quilombola, como em Paratibe (2007 a 2012); atividades junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) de 2010 a 2011; acompanhou e apoiou também a Comissão Pastoral da Terra em uma de suas ocupações; trabalhamos junto ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, onde prestávamos assessoria jurídica semanalmente; contribuímos com o Movimento Terra Livre (MTL) na ocupação urbana chamada “Tijolino Vermelho” em 2012; também foi uma de nossas pautas o acompanhamento e desenvolvimento de atividades ligadas a movimentos LGBTs de João Pessoa, a exemplo do Movimento Espírito Lilás (MEL) e o Movimento de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria; mais recentemente, atuamos junto a demandas ligadas a luta pela terra, com uma articulação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da Paraíba.

A AJUP (Assessoria Jurídica Popular Universitária), segundo Ana Lia Almeida (2013, p. 34), tem se constituído nas últimas décadas como uma das práticas de extensão popular mais difundida nas faculdades de direito do país, tornando-se tanto um campo de atuação acadêmica (aliando pesquisa à extensão) como um canal de estabelecimento de compromissos e diálogos entre a academia e os movimentos sociais e populares.

Essas/es estudantes em grupo e de maneira horizontal, são responsáveis por pautar diversas temáticas ligadas a sociedade de maneira geral, sobretudo àquelas que dizem respeito a realidade subalternizada da classe trabalhadora. Assim, acaba-se por difundir a educação popular e em direitos humanos, de modo a diminuir e romper com as muralhas entre a Universidade e a sociedade.

O Núcleo também compõe a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU), a qual engloba diversas outras Assessorias Jurídicas Universitárias



Populares (AJUPs) pelo Brasil, a exemplo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal do Ceará (UFC), dentre outras instituições públicas e privadas.

Contudo, a articulação do NEP com o MST aconteceu efetivamente em meados de 2014. Nesse envolvimento junto ao MST da Paraíba, uma das atividades conjuntas, realizadas pelo Núcleo caracterizava-se em momentos auto-organizados¹ de mulheres, nas visitas quinzenais aos acampamentos com os quais trabalhávamos. Desse modo, as integrantes do projeto e as militantes e acampadas do MST se reuniam e se auto-organizavam, discutiam os mais diversos assuntos, buscando refletir acerca da condição opressora das mulheres nas relações sociais.

A conjuntura histórica e construída socialmente acaba impondo às mulheres determinadas funções, atividades e atribuições que são colocadas diante delas, inexoravelmente por serem mulheres. Dessa maneira, afirma MONTEIRO *et al.*, 2015, p. 208:

O homem e a mulher não estão condicionados pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas a uma edificação social historicamente confirmada e desenvolvida a partir da perspectiva masculina. Considerando esse aspecto, observa-se comumente que as mulheres trazem uma visão colonizada de si mesmas, a partir do olhar masculino, caracterizando relações designadas pela desigualdade e opressão.

Dentro dessa perspectiva, se torna interessante a compreensão de tais imposições a partir dos papéis ocupacionais praticados por essas sujeitas, e que advém do campo teórico da terapia ocupacional. Desse modo, a análise dos questionamentos feitos no presente estudo expõe também a importância da interdisciplinaridade.

Observa-se, portanto, que a demanda latente por compreender e fortalecer a luta das mulheres, tomada a partir do caso concreto em análise, se insere num contexto ligado a relações e conflitos em vários níveis da sociedade.

Nesse sentido, as análises apontadas aqui revelam a importância e necessidade da Universidade e das/os estudantes também se inserirem nessa discussão, colaborando no enfrentamento a essas formas de violência tão presentes em nossa sociedade - pois,

¹ Espaços nos quais apenas mulheres participam, onde se incitam discussões sobre diversas temáticas que atinge todas as mulheres diariamente, dentro de suas especificidades, mas que possui uma raiz comum que é o machismo. Nesses espaços, busca-se o empoderamento individual e coletivo de todas as participantes, de modo a romper minimamente com as relações de opressão entre homens e mulheres.



como nos ensinou Florestan Fernandes (1997) “ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”.

Desta forma, o estudo realizado a partir da entrevista concedida por uma trabalhadora rural militante e acampada do MST, bem como do papel ocupacional exercido por ela, trouxeram as reflexões feitas sobre as relações e papéis de gênero reproduzidas através da análise do “cuidado”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Algumas reflexões acerca do tema das atividades ligadas ao cuidado se faz importante, tendo em vista ser esse papel ocupacional um ideal imposto às mulheres e as práticas ligadas ao cuidado e ao não-cuidado exercidas por *Dona Tiê*, uma vez que suas narrativas não a encaixam, de modo geral, nos padrões normativos de “esposa”, “mãe”, “filha” e, conseqüentemente, de “mulher”, atribuídos pela sociedade.

A palavra “cuidado” está presente na sociedade há muitos anos, principalmente como obrigações impostas às mulheres, encontrando-se nos meios de comunicação desde os anos 1950, momento no qual se demonstra sua inserção inicial na esfera pública, com o fim de mercantilizar essas atividades, conservando, todavia, suas peculiaridades de quando desenvolvidas na esfera privada: grande parte dessas ações relacionadas ao cuidado continuam sendo desempenhadas pelas mulheres.

Percebe-se que mesmo com a apropriação do cuidado no âmbito do público, o viés de gênero permanece intrinsecamente ligado às suas práticas, de modo a fortalecer o paradigma que relaciona essa atividade como sendo um papel ocupacional intrínseco às mulheres. Nesse sentido, é o entendimento de VILELA et al., 2006; PIMENTA et al., 2009 *apud* DAHDAH; CARVALHO, 2014: “Em relação às características sociais, observa-se que outros estudos apontam que o papel de cuidador é predominantemente realizado por mulheres”.

A forma inicial do cuidado, que é desenvolvida na esfera privada dentro das residências e pelas mulheres (mães, irmãs, trabalhadoras domésticas, cuidadoras etc. que atuam dentro do seu lar ou no de pessoas desconhecidas), é necessariamente a maneira pela qual o “amor materno”, o ideal de “mãe de família” e de dona de casa se engendra e se sustenta como afirma GUIMARÃES (2016, p. 75), referindo-se “ao



cuidado como naturalizado, como “feminino”, como “atribuição de mulheres”. Logo, o desenvolvimento do cuidado é realizado pelo gênero feminino.

Essa preservação, que possui o viés de gênero bem evidenciado, ocorre na esfera pública, com a mercantilização do seu desenvolvimento, e na esfera privada. Possui também recortes raciais muito latentes, de modo que a presença de mulheres negras demonstra que tais ações são estruturalmente racializadas².

Dessa forma, mesmo que as mulheres brancas ou aquelas que não se consideram negras, como é o caso de *Dona Tiê*, estejam desempenhando tais atividades, o processo social de marginalização e racialização recairá, de modo diferenciado ou não, sobre todas elas. Confirmando aquilo trazido por SAFIOTTI (2013) que “A força de trabalho é diferenciada em termos de sexo e raça/etnia.”³.

De modo semelhante, argumenta-se acerca dos desempenhos ocupacionais de acordo com ROMANELLI, 2003 *apud* DAHDAH; CARVALHO, 2014:

Em relação aos papéis ocupacionais destaca-se que os sete papéis ocupacionais deficitários (trabalhador, voluntário, amigo, membro de família, religioso, passatempo/amador e participante de organizações) estão vinculados a tarefas predominantemente realizadas no contexto fora do ambiente doméstico. Os dois papéis que não tiveram queda (cuidador e serviços domésticos) são vinculados ao ambiente doméstico. Tal fato tem raízes históricas, visto que a imagem da mulher sempre esteve atrelada ao papel social de cuidadora.

Partindo dessas afirmações, compreende-se que o contexto do lar exsurge como produtor necessário do cuidado e as mulheres emergem como as executoras deste. Daí Helena Hirata (2016) considerar a existência do cuidado familiar e a dimensão de gênero⁴ entre aquela que cuida e a pessoa cuidada nesta relação. Esse cuidado deverá ser despendido com e em prol da outra, reproduzindo-se através do “amor”, notadamente o materno. A educação das filhas, os afazeres domésticos, a boa relação com o marido e a preservação do casamento preenchem parte das obrigações “impagáveis” desse “amor”.

Contraditoriamente, *Dona Tiê* tem uma história de vida que nega a reprodução de alguns desses ideais do cuidado, como o amor, a educação dos filhos e a preservação dos casamentos. Esse não-cuidado perpassou sua infância, sendo a pobreza e a violência

² A noção de “racialização” advém das contribuições teóricas de Anne McClintock (2010).

³ SAFIOTTI, Heleith. A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 19.

⁴ HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. Cadernos Pagu (46), janeiro-abril de 2016: 151-163. Dossiê: Gênero e cuidado. p. 151.



do pai dois dos elementos principais que influenciaram essa ausência de cuidado em sua infância.

É imprescindível compreender que essa ausência de cuidado na infância da trabalhadora foi decisiva para a sua inserção no mundo do trabalho. Àquela época, contudo, esse trabalho se fazia ilegal, uma vez que a menina *Tiê* começou a exercer atividade da pesca de mariscos já aos sete anos de idade, para ajudar no sustento da casa, e a exercer atividades domésticas fora do lar de origem aos nove anos, agora para fugir das violências do pai.

Aí a gente, com sete anos eu vivia em Tamaré (...)

Ai eu vivia na maré, tirando ostra, mariscos, pra vender, entendeu? Mas era assim, muito sacrificado, muito arriscado. Era eu e mais duas crianças, eram três crianças, em uma canoa, a gente indo tirar ostra bem longe, era ostra grande pra vender. Às vezes, minha mãe ia atrás quando a gente demorava a chegar, a gente morava assim no alto, ai de lá via a maré, né? Aí ela via a maré cheia e ia atrás, às vezes a gente já vinha no caminho, às vezes num tinha chegado ainda no porto que tinha lá. Aí tinha uma menina que conhecia a gente, aí ela falou assim, Mainha me chamava ‘Neném’, ai ela perguntou: Neném, tu num quer trabalhar em Recife não? Aí eu disse: Mainha, eu vou. Ela disse: tá bom, vai. Ai eu fui. (...)

Nove anos de idade. Eu saí da casa dos meus pais até hoje, vida bem difícil...

(...) Assim, foi porque, assim, porque meu pai era desses pai bem ruim, rude, ignorante, batia muito, ai disse pra Mainha que não to agüentando não, trabalhava demais. Aí fui trabalhar em emprego doméstico.

(...) Ele batia mais em mim, assim, qualquer coisa, podia ser a menor/maior mentira que meu irmão ou minha irmã falasse, pronto, ele já vinha logo batendo, tanto ele como Mainha, né... A vida é assim mesmo, né?

(...) Uma vida bem difícil, né? (Dona Tiê, militante do MST-PB. Entrevista concedida em de Dezembro de 2014).

Na mesma medida em que o cuidado sobre ela se fez ausente em sua infância, a volta de *Dona Tiê*, aos quinze anos de idade, para casa dos pais, após seis anos exercendo atividades como empregada doméstica em outra cidade, “*a longa história*” de seus casamentos também recairia no não-cuidado. As respostas esquivas e os silêncios acerca de seus casamentos se traduzem como uma incógnita durante toda a entrevista. *Dona Tiê* deixa subentendido, pelo tom de sua voz e pelos gestos, o cuidado não exercido pelos seus maridos, para com ela e seus filhos, bem como dela ante estes últimos.

Diante da relação que tinha com seus filhos, é evidente que a trabalhadora não corresponde em momento nenhum ao “ideal de mãe” que a sociedade impõe e espera que seja exercido, sequer o cuidado que se almeja. De modo que, apesar da boa relação com sua filha *Tulipa*, não existe esse cuidado com os outros dois filhos com que tinha



contato; já com os outros dois, do segundo casamento, que havia deixado com o seu ex-marido, o cuidado é quebrado no momento no qual a trabalhadora entrega-os para serem criados pelo pai, apesar de atualmente tentar encontrá-los, não existindo uma relação de cuidado imperativamente estabelecida e esperada.

Provindos da “*longa história*” do primeiro casamento da trabalhadora, os três primeiros filhos foram criados pela mãe da acampada, para que ela pudesse trabalhar e manter o sustento da casa. O fato dos seus filhos terem sido criados pela avó, por si só já corrompe um ideal de mãe socialmente instituído, no qual a mãe deve estar junto de sua prole, dando atenção e amor diariamente, embora trabalhasse para sustentá-los.

Tulipa, única filha, é representada pelo tom de voz mais amoroso de *Dona Tiê*. Aqui, diferente e contraditoriamente em relação às outras vezes, há um “amor de mãe”. A insatisfação e a negação se confirmam com o tom de voz quando fala de seu filho fazendeiro na cidade de Brasília, pois por mais que saiba da boa condição financeira dele, *Dona Tiê* se nega veementemente a morar com ele, condena as suas escolha e rompe com o paradigma de cuidado que deveria ser exercido por ela. No mais, em troca desse convite de “melhora” de vida, ela provavelmente continuaria desenvolvendo atividades domésticas na casa desse filho.

Quebrando ainda mais esse ideal de amor materno através do cuidado, está a relação mais conflituosa entre a acampada e seu filho mais velho, *Milton*. Como dito, o envolvimento com as drogas e a agressividade, quiçá o sistema penal seletivo, o levaram à prisão, posteriormente à morte: alívio para *Dona Tiê*.

A ameaça de morte contra sua própria mãe – que não o visitou nenhuma vez nos meses em que esteve preso – oportunizou o ponto culminante para que o cuidado fosse rompido severamente. Como traduzido pela trabalhadora, a relação chegou ao ponto de que seria matar ou morrer pois “*ou ele me mataria, ou eu mataria ele. Mataria nem que fosse dormindo*”. Ela argumenta que sequer se importaria com o que os outros iriam pensar. O “amor” – esse dever de gênero – não fazia parte dessa relação, tampouco o cuidado.

A “*longa história*” do segundo casamento resultou em dois filhos que foram “criados” pelo pai em outra cidade. Apesar da quebra no cuidado imperativamente estabelecido e esperado, principalmente no que diz respeito ao ideal da mãe que deve criar seus filhos, o desejo de encontrar os filhos é evidente nas narrativas da acampada:



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Ai depois de cinco anos, eu construí o segundo casamento. Tenho mais dois filhos (...). Depois de cinco anos, não deu certo. A gente se separamos. Aí ele pediu pra que eu não tirasse os nossos filhos dele, né? Ai eu deixei com ele. Faz muito tempo que eu não vejo meus filhos.

(...) Eu fiquei sabendo por último que eles tão morando em Goiana-PE, e eu, se Deus quiser, agora em 2015 eu vou sair, que eu conheço Goiana, nos colégios. É o melhor lugar pra eu encontrar eles mais rápido.

Ai eu tava pensando, um lugar pra encontrar eles bem rápido é no colégio, né? Com o nome deles, dá pra mim chegar... (Dona Tiê, militante do MST-PB. Entrevista concedida em de Dezembro de 2014).

Confirma-se assim, diferenciada e contraditoriamente, o amor materno e o ideal de mulher e de mãe esperáveis de *Dona Tiê*. O desejo de reencontrar os filhos a redime narrativamente. As relações profundamente conflituosas com os outros filhos perdem terreno para a necessidade afetiva do encontro com os filhos entregues ao pai. As normas de gênero, assim, desfazem-se e se refazem. Nas narrativas e nos silêncios de *Dona Tiê*, entretanto, prevalecem sentimentos ambíguos de insatisfação, amor e alívio que se relacionam com suas experiências de classe, gênero e sexualidade.

Nas narrativas da acampada sobre sua trajetória de vida, a espera por um cuidado socialmente imposto – e que não veio – logo se tornou um não-cuidado. A ruptura com o ideal de mãe se deu desde a sua infância, quando saiu de casa para fugir das violências dos seus pais. Por razões narrativas que se encontram na necessidade do trabalho e na fuga da violência doméstica, o cuidado desaparece do horizonte familiar.

Como bem afirma Anne McClintock (2010, p. 58) no livro “Couro Imperial – Raça, Gênero e Sexualidade no embate colonial”, no âmbito do campo/terra, as mulheres também figuram narrativamente como sendo a propriedade privada dos homens, sendo sua vida estrategicamente marginalizada, bem como o protagonismo sobre si mesma retirado pela masculinidade:

Simbolicamente ligadas à terra, as mulheres são relegadas a um domínio além da história e, assim, mantêm uma relação particularmente vexatória com as narrativas de mudança histórica e de efeito político. E, o que é ainda mais importante, as mulheres são figuradas como propriedade pertencente aos homens e, portanto, estão fora, por definição, das disputas masculinas sobre a terra, dinheiro e poder político.

Com papel feminino o cuidado (e a ausência deste) evidencia-se, em alguns casos, como no de *Dona Tiê*, como sendo a ruptura dessa lógica de manutenção de relações de poder específicas após a concretização formal e legal das terras para a reforma agrária.



CONCLUSÃO

Diante das discussões feitas, corroborou-se a importância do NEP enquanto um grupo que proporcionou a aproximação necessária através das atividades conjuntas com o MST da Paraíba, para analisar as problemáticas relativas às relações e papéis de gênero socialmente impostos. Assim, a escolha política do grupo de atuar junto a movimentos e sujeitos subalternizados e marginalizados socialmente, advém da forma de trabalho a partir das contribuições da Educação Popular de Paulo Freire e da educação em direitos humanos.

Busca-se através das atuações do Núcleo romper com a “distância” existente entre a Universidade e a sociedade para que as pautas sociais se insiram nos debates universitários e, na mesma medida, que aquilo que se passa dentro desses muros, sejam elementos constitutivos e presentes nas discussões da vida em sociedade.

Ademais, as contribuições de teóricos e percepções trazidas acerca dos papéis ocupacionais vindos do campo da Terapia Ocupacional, também foram essenciais para chegar as conclusões obtidas no decorrer deste artigo, de modo que, foi possível perceber que, contraditoriamente, *Dona Tiê*, não corresponde aos padrões ditados pela sociedade para a figura feminina.

Foi possível perceber em alguns momentos, todavia, que a trabalhadora se redimiou narrativamente no seu discurso no modo como o cuidado e a ausência deste percorreu suas relações interpessoais e familiares. Vez que em determinados momentos a trabalhadora se encaixava em um papel intrínseco a figura da mulher, principalmente quando de suas falas relacionadas à filha e aos dois filhos que foram criados pelo pai, e em outros, ela mostrava alívio e insatisfação pelos filhos não corresponderem àquilo que ela esperava.

Desta feita, buscamos aparato teórico que perpassaram os referenciais pós-estruturalistas, marxistas e do campo da Terapia Ocupacional, de modo a alcançar as convergências desses referenciais para suprir determinadas lacunas existentes acerca das temáticas problematizadas no transcorrer do presente trabalho. Desse modo, a discussão acerca do cuidado e da ausência deste, permearam toda a história de vida de *Dona Tiê*, se fazendo essa história de vida, a qual subsidiou todas as análises deste presente trabalho.



REFERÊNCIAS:

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade e diferenciação**. Cadernos Pagu, v. 26. Campinas: 2006, pp. 329-376.

DAHDAH, Daniel Ferreira; CARVALHO, Ana Maria Pimenta. **Papéis ocupacionais, benefícios, ônus e modos de enfrentamento de problemas**: Um estudo descritivo sobre cuidadoras de idosos dependente no contexto da família. **Caderno Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos**, v. 22, n. 3, pp. 463-472, 2014.

FREIRE, Paulo. **“Educação e Mudança”**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **“Pedagogia do Oprimido”**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GODINHO, Tatau. **“Construindo novas relações de gênero”**. O feminismo e a luta dos trabalhadores.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado**. Cadernos Pagu (46). Campinas: 2016, pp. 59-77.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil**. Cadernos Pagu (17/18). Campinas: 2001/2002, pp. 237-266.

HIRATA, Helena. **Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado**. Cadernos Pagu (46). Campinas: 2016, pp. 151-163.

McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MONTEIRO, Rosana Juliet Silva; GONTIJO, Daniela Tavares; FACUNDES, Vera Lúcia Dutra; VASCONCELOS, Anna Carolina Sena e. **“Pensando como um menino é mais fácil”**: construções sobre as relações de gênero no discurso de meninas adolescentes. **Rev. Ter. Ocup. Univ., São Paulo**, maio/ago; 26(2): 207-15.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.